

Professores: Emprego e Formação

Maria do Rosário Rodrigues*

Este início de ano lectivo foi particularmente marcado por uma grande quantidade de professores que ficaram sem colocação. Não se trata de uma situação nova, mas este ano parece mais grave do que em anos anteriores, se avaliada pelas notícias sistematicamente divulgadas pelos órgãos de comunicação social, com particular destaque para os canais televisivos.

TEMOS DEMASIADOS PROFESSORES

Existem certamente muitos professores sem colocação mas existem também outros licenciados em Portugal com dificuldade em encontrar emprego. No entanto, a situação dos professores tem uma particularidade: o estado português é o responsável pela formação de professores e é também o principal empregador destes profissionais. Esta situação em que a mesma entidade é "patrão" e "cliente" da formação de professores permite mais facilmente detectar os problemas de empregabilidade e a repensar a formação de professores.

Mas quantos professores não obtiveram colocação? Os dados são imprecisos e os que foram divulgados pelo Ministério da Educação têm valores diferentes dos divulgados pelos Sindicatos de Professores.

Por outro lado, será que todas as pessoas que não foram colocadas nas escolas, são efectivamente professores? Ou será que alguns deles desempenharam essa função durante algum tempo e gostariam de a continuar a desempenhar? Os dados divulgados têm origem no número de candidatos à profissão e não nos permitem resposta a estas questões. Mas há alguns cursos superiores que, não sendo de formação de professores, permitem que os respectivos bacharéis ou licenciados tenham "habilitação suficiente para a docência." A manter-se esta situação temos pessoas, a desempenhar funções docentes nas escolas, que possuem conhecimentos científicos suficientes para desempenhar a profissão mas não possuem conhecimentos pedagógicos.

Os professores com habilitação suficiente para a docência foram indispensáveis para que o sistema de ensino funcionasse em Portugal há

cerca de duas ou três décadas. Passámos então por uma situação em que havia falta de professores um pouco por todo o país. Esta situação teve origem no aumento da população em idade escolar, na passagem de ensino obrigatório para nove anos de escolaridade, e foi gerada fundamentalmente por uma falta de planeamento que perspectivasse a relação entre o número previsível de alunos dos vários graus de ensino e a necessidade de professores correspondente.

Na situação actual, que parece caracterizada pelo excesso de professores que se licenciam face ao número de alunos existente, há que repensar as condições de acesso à profissão, não esquecendo as exigências crescentes de resposta a problemas sociais que progressivamente foram remetidas para a escola.

A organização social em que vivemos modificou-se radicalmente. Tradicionalmente a família estava organizada em torno de dois pilares: o pai que trabalhava fora de casa e era responsável pelo suporte económico da família; e a mãe cuja responsabilidade se centrava nos cuidados da casa e no suporte à educação dos filhos. Esta organização quase desapareceu. Temos uma das populações femininas europeias que mais trabalha fora de casa.

Mas temos também uma sociedade cada vez mais multicultural. O número de emigrantes de leste aumentou significativamente nos últimos anos, mas antes destes as populações africanas constituíram uma força de emigrantes muito importante. Nas condições sociais provocadas por estes fenómenos e pelos associados à globalização é cada vez mais difícil desempenhar a profissão de professor. O nível de exigência científica é fundamental, mas é também indispensável que os professores saibam lidar com estas exigências sociais que foram progressivamente transferidas para as escolas.

O problema do acesso à profissão de professor tem solução política. É indispensável refazer os actuais grupos de docência e as habilitações que lhes dão acesso.

O número de professores sem colocação aumentou também em consequência de algu-

mas medidas tomadas pelo Ministério da Educação, em nome das necessidades de redução orçamental e com efeitos perversos na qualidade do ensino. Assim verificámos, este ano, um aumento do número de alunos por turma, uma diminuição da quantidade de equipas multidisciplinares de professores, por exemplo nas novas áreas curriculares do ensino básico, a redução do número de professores que não desempenham funções lectivas, mas têm nas escolas papéis decisivos no desenvolvimento de actividades. Estes actividades podem revestir-se dos mais diversos aspectos, por exemplo: no âmbito da integração curricular das Tecnologias de Informação e Comunicação, da animação pedagógica dos Centros de Recursos Educativos, nos Apoios Educativos a alunos com dificuldades de integração ou de aprendizagem e nas actividades extra-curriculares que muitas vezes tomam a forma de clubes e que são processos de integração de alunos e professores e factores importantes de desenvolvimento cultural da população escolar.

A relação actual entre o número de professores formados e os necessários para desempenho da profissão está desequilibrada. Estaremos a licenciar demasiados professores? É então necessário repensar a sua formação. Mas para a repensar é indispensável possui clareza política sobre o sistema de ensino, atendendo ao equilíbrio entre a qualidade do ensino prestado os custos necessários para a suportar. Mas é também necessário clarificar alguns dados estatísticos, para que a história não se repita e não tenhamos falta de professores, dentro de poucos anos.

QUE NECESSIDADES DE PROFESSORES?

As necessidades de professores podem caracterizar-se por: 1) o número de alunos em idade escolar; 2) o número de alunos por sala de aula; 3) as funções não docentes a desempenhar por professores; 4) o número de professores necessários para exercer funções não docentes; 5) uma estimativa do número de professores em idade de reforma; 6) A existência de disciplinas ou áreas disciplinares onde será necessária a presença de mais do que um docente para assegurar o seu correcto funcionamento.

Num quadro em que possuímos empiricamente alguns destes dados, e só alguns, e não temos qualquer referência sobre as medidas políticas para o desenvolvimento do sistema de ensino, é muito difícil perspectivar as necessidades de professores para os próximos anos.

Mas estamos provavelmente numa situação de mudança, que pode agravar esta falta de clareza.

za sobre as necessidades de professores.

O primeiro ministro apresentou há dias, na Assembleia da Republica, os princípios orientadores para a nova Lei de Bases do Sistema Educativo, que este governo se propõe organizar. De entre os princípios enunciados, foi referido que até 2010 o ensino obrigatório passaria para 12 anos de escolaridade. Temos assim um novo dado, nesta complexa teia de factores necessários para perspectivar as necessidades de professores nos próximos anos.

A formação de novos professores (formação inicial) deve ser questionada. Esta formação é efectuada por instituições de ensino superior públicas e privadas. Para além da análise que possamos fazer sobre a empregabilidade destes profissionais, será também interessante analisar a distribuição da oferta de vagas nos cursos de formação inicial existentes.

No entanto, o direito constitucional de acesso à educação não pode ser esquecido nestes estudos. Este direito tem aqui um duplo sentido: o direito de acesso aos cursos de formação de professores; e o dever que o estado possui de garantir a existência de professores qualificados em quantidade suficiente para possibilitar o acesso universal ao ensino básico e secundário.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Este ano lectivo o número total de vagas para acesso ao ensino superior foi de 48.468 sendo que de 4.686 (cerca de 10%) correspondem a cursos de formação de professores ou educadores. Pode ainda observar-se que, os dados referentes à primeira fase de colocação de alunos no ensino superior público reflectem que cerca de 21,0% das vagas oferecidas não foram ocupadas. Esta percentagem sobe para 31,6% para as vagas oferecidas por cursos de formação de professores. No entanto acima da percentagem nacional estão também cursos de Línguas (45,1%), de Ciências (30%), de Engenharia (29,3%) e de Gestão (25,3%).

Assim, a situação dos cursos de formação de professores é preocupante quando se analisam as saídas profissionais, mas também é complicada à entrada dos cursos, sendo esta, no entanto, comparável a outras áreas do saber.

Apesar da inexistência de dados semelhantes para a formação efectuada no ensino privado, é conhecido que neste sub-sistema existem cursos semelhantes aos das escolas públicas. O acesso aos cursos do ensino privado é possibilitado pela oferta de vagas que tradicionalmente tem um número muito superior ao do ensino público. O grande número de vagas relaciona-se com a rentabilidade financeira da formação, mas permite-nos questionar a sua qualidade. A conjugação dos dados, ainda que pouco precisos, de colocação de professores no merca-

do e da oferta de vagas para os cursos de formação inicial, apontam para um volume excessivo de formação. Há que reduzir a oferta de vagas a estes cursos, mas esta redução deverá sempre permitir que qualquer jovem possa aceder à profissão de professor, desde que devidamente informado sobre as reais necessidades que o mercado possui destes profissionais. Uma eventual redução de vagas deve ainda atender a uma distribuição geográfica equilibrada, permitindo igualdade de acessos independentemente da região a que o candidato pertence.

As organizações responsáveis pela formação de professores, nomeadamente as Escolas Superiores de Educação (ESE), não se limitam a formar novos professores. Estas escolas têm também como objectivos o desenvolvimento social e cultural das regiões em que estão inseridas e são ainda responsáveis pela formação contínua de professores.

QUE MEDIDAS E ALTERNATIVAS?

Algumas Escolas Superiores de Educação Públicas perceberam, já há alguns anos, que este podia ser um problema e, por sua iniciativa, tomaram algumas medidas. De entre as referidas medidas podemos destacar: a suspensão de cursos de formação inicial de professores cujos diplomados tinham alguma dificuldade em obter colocação, nomeadamente na área da língua materna e estrangeira; o reforço da formação contínua de professores, assegurando os cursos de complemento de formação que permitiram aos professores bacharéis obter o grau de licenciado e atingir assim uma meta europeia; e a abertura de cursos de formação inicial cujos diplomados não são professores.

Estas medidas foram tomadas conjuntamente com propostas concretas, apresentadas ao Ministério, para desenvolvimento de projectos de apoio ao desenvolvimento educativo junto das escolas do ensino básico e secundário. Uma grande maioria das propostas apresentadas não obteve resposta da tutela.

No entanto, por iniciativa do anterior Ministério da Ciência e Tecnologia, decorrerá durante este ano lectivo, um programa nacional de apoio ao Uso Educativo da Internet, em todas as escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico. Este programa, será coordenado regionalmente pelas Escolas Superiores de Educação. O programa foi objecto de negociação entre os parceiros e possui uma clarificação dos processos de financiamento, em igualdade de circunstâncias para todas as escolas. Trata-se de uma iniciativa nacional para desenvolvimento educativo que responsabiliza e reconhece as escolas com competência para formar os professores deste grau de ensino. Este poderá um modelo de alternativa à formação inicial, em torno de pro-

jectos concretos que correspondam às necessidades do sistema.

Nos últimos anos, as instituições de Ensino Superior desenvolveram-se de acordo com as regras de financiamento existentes, cujo cálculo é directamente proporcional ao número de alunos da formação inicial. Estas regras, constituíram um esforço significativo de regulação e clarificação dos financiamentos estatais, mas tiveram a perversidade de promover o desenvolvimento das instituições quase exclusivamente por via daquele tipo de formação.

Por outro lado, os rácios, que correspondem ao número de docentes que podem ser contratados, são também calculados proporcionalmente ao número de alunos da formação inicial, agravando assim as tendências de desenvolvimento das instituições de ensino superior em torno deste tipo de formação.

O estudo "O FUTURO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL - TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES - Um estudo de reflexão", editado em 2002 e coordenado pelo Prof. Roberto Carneiro, possui entre outras, duas conclusões interessantes: 1) os níveis de abandono escolar até ao 9º ano são muito mais altos em Portugal do que na União Europeia; 2) temos uma formação contínua com valores muito mais baixo do que a média europeia.

Estes números só poderão ser alterados se existir uma aposta séria na formação contínua e em programas de apoio ao desenvolvimento educativo. As ESE estão disponíveis para contribuir como elemento de desenvolvimento deste processo, no entanto ele só poderá ter sucesso se forem clarificados os respectivos processos de financiamento e se este não se reduzir à formação inicial.

* Professora Adjunta da ESE de Setúbal